



esquerda emparedada, tentando justificar medidas econômicas contrárias a seu ideário econômico e se satisfazendo a levantar e discutir temas "progressistas" em aspectos da vida nacional distantes da economia, como os consolidados no 3º Plano Nacional de Direitos Humanos; este foi objeto de viva oposição dos segmentos reacionários da sociedade brasileira identificados com a candidatura direitista de Serra.

A direita não tem programa econômico visto que o seu está sendo colocado em prática pelo principal partido de esquerda do país não restando dessa forma outra alternativa que o de desconstruir a candidatura forte governista pela via da apelação a temas religiosos e da propagação de boataria em torno inclusive (como noticiado por Josias de Souza em seu blog na Folhaonline) da opção sexual de Dilma. São temas polêmicos que nenhum candidato a presidente da República têm condições de se posicionar firmemente sem levantar contra si hostes raivosas que defendem concepções individuais diferentes; são temas que não são objeto de encaminhamento pelo chefe do Executivo; no máximo poderá liberar sua bancada congressual a se posicionar diante dos temas em questão.

Por que então Serra e seus aliados políticos encaminham a disputa ideológica no turno final para esta direção? As indicações até o final do primeiro turno mostravam que a candidatura governista era amplamente favorita o que se confirmou no resultado das urnas com a ampliação das vantagens em relação ao PSDB e seus coligados comparativamente a 2006 nos estados pró-PT e o encolhimento da desvantagem nos estados pró-PSDB. Ademais, o congresso nacional diminuiu significativamente o poder de barganha da oposição sobretudo no Senado, casa na qual se concentrava a oposição mais bem organizada ao governo Lula. Os resultados do pleito no primeiro turno indicaram portanto ampla vitória das forças governistas lideradas pelo PT.

Na ótica oposicionista, o segundo turno tem o fim de evitar maior enfraquecimento de sua representação e reforçar identidades ideológicas e políticas com amplos segmentos da população e das classes sociais e nada melhor do que levantar temas religiosos e de cunho moralista para conquistar adesões e simpatias eleitorais para futuras contendas políticas. É uma forma de marcar posição no espectro ideológico brasileiro porque diversos temas do debate eleitoral como a descriminalização do aborto e outros consolidados no 3º PNDH são temas defendidos por personalidades e entes partidários progressistas, identificados com causas democráticas reais e populares e, portanto, situadas ou próximas ou dentro do campo ideológico da esquerda. Serra não disputa o eleitorado identificado com essas causas.

Quando Serra, PSDB, partidos aliados e segmentos da imprensa que o apoiam deslocam a discussão presidencial dos rumos do desenvolvimento econômico e social não o fazem apenas porque se sintam inibidos em discuti-los diante do sucesso econômico e social das iniciativas do governo Lula; procuram demarcar terreno ideológico, conquistar simpatias por identidades e principalmente desmoralizar o PT junto ao grande eleitorado nacional que no geral se opõe abertamente aos temas tratados por puro preconceito religioso e irracionalismo. E por que é importante colocar no PT a pecha de partido autoritário, contrário a liberdade de imprensa e a favor do aborto puro e simples e a favor de "matar criancinhas" (como o declarou a esposa do candidato Serra num corpo a corpo na baixada fluminense a quinze dias das eleições do primeiro turno)?

O PT desde as sucessivas derrotas eleitorais nas campanhas de 1989 e 1998 aprendeu que não basta conquistar o poder mas é necessário conservá-lo e para isso no comando da presidência deve em nome dessa conservação ceder questão em temas de sua agenda econômica para continuar operando politicamente os interesses gerais do capital no Brasil, os quais são avessos às heterodoxias econômicas dos principais economistas petistas. O PT mostrou que é um partido da ordem, domesticado e a serviço das classes dominantes. Contudo, é ao mesmo tempo o mais popular

orgão político do país, representante de interesses de amplos segmentos sociais e econômicos da nação. O PT assusta o capital e suas classes dominantes não pelo que fez no governo, durante o qual colocou em prática medidas completamente adequadas ao desenvolvimento econômico capitalista e portanto portadoras do apoio e das simpatias das representações econômicas do capital (não é casual que a candidatura Dilma concentra as maiores doações na corrida eleitoral, oriundas sobretudo de empresas que ganharam com a política econômica do governo ou que tem negócios diretamente ligados às iniciativas da União).

O PT causa temor porque tem apelo popular e o capital coloca em dúvida a lealdade petista numa situação de crise econômica e social aguda quando as contradições poderão assumir formas tais que eventualmente colocariam a própria ordem do capital em xeque. Por outro lado, o Capital não duvida da lealdade do PSDB e nada mais interessante para as classes dominantes do que jogar com os sentimentos medonhos do povo, sua religiosidade e preconceitos e enfraquecer o PT como partido com inserção popular: uma medida historicamente eficaz de tornar um partido popular subalterno aos interesses gerais do capital, como concretamente ocorreu nas campanhas derrotadas de 89 a 98 e a leitura da "Carta ao Povo Brasileiro" em junho de 2002.

A **JANELA ECONÔMICA** é um espaço de divulgação das idéias e produção científica dos professores, alunos e ex-alunos do Curso de Economia das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba.

- Cada artigo é de responsabilidade dos autores e as ideias nele inseridos, não necessariamente, refletem o pensamento do curso.
- O objetivo deste espaço é mostrar a importância da formação do economista na sociedade.